

# O ETHOS DO ITAMARATY: ANÁLISE SOBRE A INSTITUIÇÃO E A SOCIALIZAÇÃO DOS DIPLOMATAS<sup>1</sup>

Hannah Guedes de Souza<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem objetivo de investigar e analisar o ethos do Itamaraty. Assim, passaremos pela construção da instituição ao longo do século XX e o estabelecimento do Instituto Rio Branco (IRBr) como escola diplomática. Tendo ambas as instituições um alto grau de profissionalismo e corporativismo, acredita-se que a sua inserção, seus valores e sua forma de socializar estes profissionais auxiliam na formação de um ethos próprio, propiciando aos seus membros uma visão própria de mundo e família. Desta forma, apreciaremos os distintos períodos do Itamaraty e a figura do Barão do Rio Branco para dar suporte a esta análise. Ao avaliar o ethos propriamente dito, nos focamos nos rituais, o status do diplomata no Brasil, a ideia de família que se forja dentro do Instituto Rio Branco e se a instituição pode ser caracterizada como uma “instituição total”.

**Palavras-chave:** Ethos; Itamaraty; Diplomatas.

## EL ETHOS DEL ITAMARATY: ANÁLISIS SOBRE LA INSTITUCIÓN Y LA SOCIALIZACIÓN DE LOS DIPLOMÁTICOS

**Resumen:** El presente trabajo tiene el objetivo de investigar y analizar el ethos del Itamaraty. Así, pasaremos por la construcción de la institución a lo largo del siglo XX y el establecimiento del Instituto Rio Branco (IRBr) como escuela diplomática. Teniendo las dos instituciones un alto grado de profesionalismo y corporativismo, se cree que su inserción, sus valores y su forma de socializar a estos profesionales auxilian en la formación de un ethos propio, propiciando a sus miembros una visión propia de mundo y familia. De esta forma, apreciaremos los distintos períodos del Itamaraty y la figura del Barão do Rio Branco para dar soporte a este análisis. Al evaluar el ethos propiamente dicho, nos enfocamos en los rituales, el status del diplomático en Brasil, la idea de familia que se forja dentro del Instituto Rio Branco y si la institución puede ser caracterizada como una "institución total".

**Palabras clave:** Ethos; Itamaraty; Diplomáticos.

### Introdução

10 artigo faz parte de pesquisa da autora desenvolvida para o Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais na Universidade Federal Fluminense em 2016, intitulado “Marginalizadas na política externa: a sub-representação feminina no Itamaraty”.

2 Mestranda em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), pesquisadora no CESPI-América do Sul, bolsista técnica pela Fundação Araucária no Observatório da Integração Regional e Coordenadora da ALACIP Jovem. E-mail: hannahguedes@id.uff.br

O presente artigo faz parte de um trabalho anterior e contém algumas adaptações. Nele investigamos o que chamamos de “*ethos* do Itamaraty”, a elaboração da corporação e a socialização do diplomata a partir da sua formação no Instituto Rio Branco (IRBr) e no Itamaraty. Assim, buscamos também descobrir se há um *status* elitista na formação destes profissionais. O estudo torna-se significativo a medida em que contribui tanto para a compreensão do funcionamento destes órgãos, como para o efeito dos mesmos na formação dos diplomatas.

Sendo assim, para buscar estas respostas foram consultados artigos científicos e livros sobre o Itamaraty e a sua socialização, destacando a obra de Cheibub (1984) que classifica os distintos períodos do Itamaraty e formação dos seus profissionais; e Moura (2007) que realiza uma pesquisa de campo sobre a carreira e a sua socialização, acompanhando inclusive aulas no IRBr.

Com a independência do Brasil, o país passa a ser soberano e elaborar uma política externa própria – ainda que se apresentasse muito similar ao da sua antiga metrópole. Cria-se assim, a instituição de política externa brasileira, o Itamaraty<sup>3</sup>, que terá um de seus períodos mais famosos no início do século XX com a figura do Barão do Rio Branco à sua frente. Ele irá se tornar patrono da diplomacia brasileira até os dias atuais.

Após esse período, notamos uma tentativa de profissionalizar a instituição. Neste momento temos a criação de concursos para ingresso na carreira diplomática, o que permitia uma maior heterogeneização do corpo diplomático, tendo em vista que não entrariam apenas os candidatos da elite selecionados pelo ministro - como era feito anteriormente. Contudo, perceberemos que essa possível pluralidade no corpo diplomático não chega de fato a acontecer e as desigualdades que haviam acabaram sendo abafadas pelo poder de homogeneização do Itamaraty, através da sua burocracia, da criação do Instituto Rio Branco, do *ethos*<sup>4</sup> diplomático e da formação de um *esprit de*

3 O nome “Itamaraty” para referir-se a chancelaria brasileira só será cunhado a partir de 1899 com a compra do Palácio Itamaraty e a instalação do Ministério lá. De toda forma, neste momento a diplomacia passa a ser brasileira e não um braço da diplomacia portuguesa.

4 “[...] uma tradição de normas, costumes e convenções informais, nem por isso menos vinculatórios, capaz de se impor a todas as forças políticas, de um certo grau de continuidade e sustentação institucional [...]” (BOBBIO, 1998, p. 887).

*corps*<sup>5</sup>. Observamos<sup>6</sup> também que o Itamaraty se comporta como uma instituição fechada, um tanto avessa às intervenções e palpites externos, e que a socialização dos diplomatas favorece a sua distância do resto dos brasileiros e estimula o convívio entre os próprios diplomatas - o que explica a sua fama de ser uma instituição total.

No pós 1988, com o estabelecimento de uma nova Constituição para o período redemocratizado, há um esforço para democratizar o Itamaraty, o que teve seu auge na virada do século até o ano de 2016. Nesse sentido, destaca-se que nos mais de 100 anos da Instituição, o Itamaraty passou por reformas que revisaram a profissão e as normas da casa. Durante todo este período sempre foi pouca a inserção de mulheres (que nunca ultrapassaram 25% do corpo diplomático, de acordo com Farias e Carmo, 2015), negros (0,07% até 2010 de acordo com Oliveira, 2011) e pessoas de baixa renda no Instituto Rio Branco. No entanto, houve iniciativas para resolver parte desses problemas, como a concessão de Bolsas Prêmio de Vocação para a Diplomacia para candidatos negros e a cota de 20% das vagas pra assegurar alguma diversidade étnica nos concursos públicos<sup>7</sup>.

Nota-se que a instituição, apesar de passar por diversas reformas; e nos últimos anos se notar uma abertura para uma maior democratização, permanece com um *ethos* próprio, tendo uma carreira que confere “*status*” ao profissional, que é hierarquizada e repleta de normas não institucionalizadas. Assim, dividimos a história do Itamaraty em quatro momentos para melhor entendê-lo: o período patrimonial, o carismático, o burocrático-racional e o da democratização<sup>8</sup>. Através da história e da análise da instituição, avaliaremos o seu *ethos*.

## 1. O período patrimonial

Os distintos períodos do Itamaraty foram conceituados por Cheibub na sua dissertação de mestrado em 1984. Por este motivo, os períodos classificados por ele chegam até este mesmo ano.

5“L’esprit de corps, et plus généralement le sentiment d’appartenance, se pensent désormais nécessairement comme relevant non de l’inné mais de l’acquis. L’esprit de corps est à créer et à renforcer pour permettre au corps d’exister et à ses membres de travailler ensemble. Mais, dans le même temps, on s’en méfie, on prétend le battre en brèche, de peur que le corps ne se mette à exister vraiment et ne s’invente pour lui-même ou le groupe de ses membres un destin personnel au préjudice de la collectivité et de l’intérêt général (BERNS; FRYDMAN, 2005, p. 159)”.

6 Através da literatura consultada para a elaboração deste artigo.

7 De acordo com a Lei no. 12.990/2014.

8 Os três primeiros períodos foram pensados por Zairo Cheibub (1984) e utilizaremos as suas ideias aqui. O último é uma nomeação da autora para dar continuidade a esta análise.

Assim, iremos utilizar a análise de Cheibub aqui, complementar os fatos destes períodos e prosseguir com a análise.

O período patrimonial tem início na independência do Brasil, e se refere, sobretudo, ao período monárquico no país. Nesta época a diplomacia já se torna importante, pois com a independência do Brasil era necessário que os outros Estados o reconhecessem (CHEIBUB, 1984, p. 32).

Neste período o Brasil possuía uma vantagem na diplomacia em relação aos seus vizinhos, pois com a vinda da Corte portuguesa em 1808, o país logo foi equipado com um pequeno corpo diplomático no Rio de Janeiro. Este corpo diplomático era maior do que dos seus vizinhos, sendo a diplomacia brasileira descendente da portuguesa. Ressaltamos que “O Rio de Janeiro havia sido sede de uma monarquia europeia de 1808 a 1821 e, em seguida à independência D. Pedro procurou preservar o estilo monárquico familiar em todos os aspectos do seu regime, inclusive a diplomacia. O imperador emulava as cortes europeias e proclamava a importância do Brasil mantendo um corpo diplomático numeroso (SECKINGER, 1978, p. 128 *apud* CHEIBUB, 1984, p. 33-34).”

Cabe ressaltar que devido ao Brasil ser monarquista, o seu acesso ao “clube” internacional - ou seja, europeu - era facilitado devido à proximidade das formas de governo. O exercício da diplomacia também era tarefa altamente ligada às monarquias. Assim, a forma de governo no Brasil ajudava também a distanciar o país do restante do seu continente, cujos países após os processos de independência optaram por constituírem repúblicas. Dessa forma, o Brasil conseguiria estabelecer laços interessantes com a Europa, que era a sua prioridade naquele momento (CHEIBUB, 1984, p. 115).

Sobre a questão diplomática na época e o recrutamento para o corpo diplomático:

(...) de acuerdo con los rasgos dominantes de este tipo de diplomacia, el soberano, jefe del Estado o jefe del servicio exterior, realiza el manejo discrecional de las relaciones exteriores (...). Selecciona al personal diplomático libremente, teniendo en cuenta que habrán de representarlos ante los demás poderes del mundo. Aunque el sistema admite la libre elección de los funcionarios del servicio exterior sin limitaciones, en la práctica se impuso la costumbre de seleccionarlos entre los miembros de las familias más allegadas a los negocios del estado a muy temprana edad, para iniciarlos en las prácticas diplomáticas en calidad de amanuenses, familiarizándolos de esta forma con las exigencias del servicio (...) (HECHEN, S., 1964, p.33 *apud* CHEIBUB, 1984, p. 36).

Uma característica importante do período patrimonial é a rara distinção entre os interesses pessoais do administrador e os interesses públicos relativos ao cargo. Há uma ideia do tratamento da administração pública como uma propriedade senhorial, um belo reflexo da sociedade brasileira à época. Os chefes das missões poderiam nomear quem quisessem para serem seus auxiliares, e

muitas das vezes nomeavam seus próprios parentes. Havia certa tentativa em tornar a carreira mais profissional e burocratizada, mas no período patrimonial a baixa profissionalização predominou no Itamaraty, ainda que outros setores da administração pública tivessem se burocratizado. A elite imperial ocupava uma grande parte nos negócios exteriores do Brasil, não havendo um corpo diplomático profissionalizado, onde o acesso ao Ministério não era democrático, funcionando a base de indicações. Ademais, as missões no Prata exemplificam como a elite absorvia a diplomacia no país, pois elas eram chefiadas por grandes estadistas do Império e não diplomatas de carreira (CHEIBUB, 1984).

Com uma tentativa de racionalizar a instituição, criou-se o cargo de Oficial-Maior e depois o de Diretor-Geral. Assim, o cargo incluía a secretaria de Estado, e toda a organização administrativa funcionava a partir do detentor deste cargo. O que conferia tanto uma estabilidade ao Ministério, quanto sua continuidade. Tendo isso em vista, o Visconde de Cabo Frio toma posse em 1864 da função de Diretor Geral da Secretaria e lá fica até 1907, sendo o ator que fez com que este cargo e a sua função adquirissem realidade e efetividade. Ele auxilia na manutenção da diplomacia imperial nos primeiros anos da República, contrabalanceando a mudança frequente de ministros e preservando o Ministério frente às constantes transformações da transição entre um regime e outro. Isto quer dizer que ele garantia que as práticas imperiais na diplomacia permanecessem vivas ainda que o Império tivesse sido derrubado. É neste esforço que o Itamaraty faz em assegurar os valores da instituição frente a instabilidade do Ministério e do país que melhor notamos a tentativa de atribuir algum grau de racionalização à instituição neste período (CHEIBUB, 1984).

### **1.1 O Momento Carismático**

Esse momento se estenderia de 1902 até 1910, representando mandato do Barão do Rio Branco e o carisma que à sua figura acrescenta ao ministério. O Barão ganha grande destaque para si com a sua gestão, obtém grandes vitórias e acaba por transferir esse destaque também para o seu Ministério, que ganha maior importância na jovem República brasileira. Também é característica a grande centralização da política exterior do país nas mãos do Ministro.

Logo, cabe introduzirmos o personagem principal deste período: o Barão do Rio Branco. Investigaremos a sua história e os serviços que prestou ao Itamaraty antes de chegar ao seu mais alto posto e em seguida analisaremos o período carismático como definido por Zairo Cheibub.

### 1.1.1 O Barão

José Maria da Silva Paranhos Júnior, o conhecido Barão do Rio Branco, foi Ministro dos Negócios Exteriores entre 1902 e 1912. Assim, se tornou o ministro que permaneceu por mais tempo em seu cargo (sem interrupções) em toda a história brasileira. Ele veio a se tornar patrono da política externa do país e seus atributos como Ministro foram além das suas funções centrais, possuindo grande poder político e popularidade. Ele exercia influência na Academia Brasileira de Letras, nas Forças Armadas, no Congresso Nacional e em basicamente todas as áreas da administração pública no Brasil (MOURA, 2003).

É interessante ressaltar que o Barão, assim como o seu pai Visconde do Rio Branco, de fato não vinham de uma família tradicional e nobre como os títulos poderiam acusar. Eles, assim como a maioria da nobreza no Brasil, receberam títulos através do monarca que não poderiam ser transferidos de forma hereditária<sup>9</sup>. As nomeações do Visconde e do Barão se dão em dois momentos distintos. Contudo, os títulos têm servido para que o imaginário coloque os Rio Branco nos moldes das dinastias europeias, um tipo de nobreza que, excetuando a família imperial, não existia no Brasil. O Visconde do Rio Branco não provinha de família importante, ele ascendeu socialmente e ocupou várias posições privilegiadas na política brasileira. Sendo assim, o Barão, que era seu filho mais novo, pode relacionar-se com pessoas que possuíam *status*, que constituíam a aristocracia brasileira, se socializando no *ethos* aristocrático da Corte. A nomeação de Visconde do Rio Branco veio após uma missão em Montevideú em 1870, onde o ministro Paranhos conseguiu resolver problemas fronteiriços com o Paraguai e a escolha do nome “Rio Branco” deveu-se a esta situação, já que o rio Branco era o rio que o Paraguai gostaria de estabelecer as fronteiras. O Barão só receberia este título aos 43 anos pela Princesa Isabel, no ano da Abolição, em homenagem ao seu pai que trabalhara na Lei do Ventre Livre (MOURA, 2003).

Seu pai ocupara o Ministério quatro vezes durante o período do Império, e assim fora criado entre os membros da corte de Pedro II, tendo na aristocracia brasileira o seu meio social. Possuía um perfil monarquista e passou duas décadas de sua vida na Europa, o que explica muito dos seus ideais aristocráticos e de eugenia. Além disso, a própria sociedade brasileira tinha na civilização europeia a medida de uma boa sociedade. Dessas duas décadas, dedicou-se ao serviço consular brasileiro e obteve grande sucesso e reconhecimento com as questões fronteiriças. A passagem do

<sup>9</sup> Os títulos nobiliárquicos eram outorgados de forma individual, e assim, não poderiam ser passados para seus descendentes. O caso de pai e filho utilizarem o mesmo nome nobre, como os Rio Branco, não era comum (MOURA, 2003, p. 15).

Império para a República não chegou a afetar sua carreira, mas é poucos anos após a proclamação da República que chegaria ao posto de Ministro. Esperava-se de sua política externa que se voltasse para os países europeus a fim de aproximar as relações com estes, mas o Barão desenvolveu a política externa brasileira para um estreitamento das relações do país com os Estados Unidos<sup>10</sup> (MOURA, 2003).

Assim, ele cria a primeira embaixada brasileira que seria na capital americana. Ele também irá expandir o número de consulados e legações estrangeiras no exterior, além do aumento das representações diplomáticas e do quadro de funcionários – que iriam receber aumento salarial. Logo, fica visível que o Barão do Rio Branco modifica as estruturas do ministério e transforma o modo de funcionamento do Itamaraty, colocando-o em um lugar central na organização da burocracia republicana (MOURA, 2003, p. 79).

A necessidade de certas reformas já era apontada pelos seus antecessores, o Ministério dos Negócios Exteriores era o que possuía a menor verba orçamentária no início da República entre os Ministérios. Contudo, foi possível pôr em prática essas reformas durante o mandato do Barão devido ao seu enorme peso político. E fora este mesmo peso político que o permitiu fazer praticamente tudo o que queria com a política externa e com o Palácio do Itamaraty. Ele chegou até mesmo a ser cogitado como candidato a Presidência da República em sucessão a Nilo Peçanha (MOURA, 2003).

São atribuídas ao Barão grandes transformações no Itamaraty, como incorporação de um terreno adjacente e reforma no Palácio, além de aquisição de móveis e obras de artes, deixando o Palácio do Itamaraty do jeito que o Barão achava que seria apropriado. Obviamente, para ajustar todos esses detalhes, muito dinheiro foi investido, o que também levou a críticas ao Barão, mas o resultado seria um Palácio do Itamaraty que realçava o estilo aristocrata que era desejado por ele. O local fora transformado em um cartão de visitas do país, onde as autoridades internacionais poderiam ser recepcionadas devido aos seus belos jardins e salões. Também seria referido como “Casa do Rio Branco,” onde o termo “casa” poderia ressaltar tanto os ideais dinásticos, quanto os aristocratas. Porém, foi assim denominado por ser de fato a casa do Barão (MOURA, 2003, p. 88).

É o Barão do Rio Branco que faz todas essas reformas, cria as novas estruturas do Itamaraty e define uma agenda para a política externa brasileira, onde sai com grandes conquistas. Ele

<sup>10A</sup> priorização aos EUA deve-se ao fato do Barão acreditar que o país poderia ajudar o Brasil a exercer liderança na América do Sul. O fato de não ter contendas com os americanos também era um fator motivacional ao aprofundamento dessas relações, pois assim poderia fortalecer o Brasil frente aos europeus (Brasil fazia fronteira com França e Inglaterra) e os seus outros vizinhos (MOURA, 2003, p. 80)



consegue colocar o seu Ministério como um dos de maior prestígio dentro da República. O seu legado é imenso e muita das suas ideias e das suas diretrizes permaneceram por muito tempo, enquanto outras ficam evidentes dentro da estrutura diplomática até hoje. Assim, o Barão aparece na transição entre Império e República “como uma figura que simboliza um ideal de país civilizado e respeitado, atingível principalmente em decorrência do reconhecimento externo” (MOURA, 2003, p. 11).

## 1.2 A gestão carismática do Barão

O momento carismático segundo Cheibub (1984) se dá na administração Rio Branco, mais especificamente de 1902 a 1910. Durante a gestão dele é percebida uma continuidade da política externa Imperial<sup>11</sup>. A diplomacia imperial ficaria vigente até o ano de 1918, quando se dá início aos concursos públicos para a secretaria de Estado. Não há grandes rompimentos desse período com o anterior.

O Barão demonstrava uma grande preocupação com a Europa. Ele havia se dedicado antes e durante seu papel de ministro ao jornalismo, e como correspondente do jornal francês *L'Illustration*, tentara garantir que a imagem brasileira fosse positiva perante a Guerra do Paraguai. Os seus anos na Europa haviam moldado o seu ideal de padrão aristocrático para o padrão francês. Logo seus funcionários deveriam se encaixar nesse padrão e possuir “boa estirpe”. Assim, ele cuidava pessoalmente do recrutamento do seu pessoal, se preocupava com o intelecto dos diplomatas e da educação de suas esposas. Deste modo, o diplomata deveria estar inserido no *ethos* aristocrático condizente com a alta moda da diplomacia internacional, além de ser crucial o porte eugênico, ou seja, a cor branca (MOURA, 2003). Estas questões evidenciam-se em:

Do Barão do Rio Branco se sabe que, escolhido pela República para ser Ministro dos Negócios Estrangeiros do Brasil, ocupou esse cargo, inteligentemente atento a aspectos da representação brasileira no estrangeiro que sua longa residência na Europa lhe ensinara serem de importância para a afirmação de prestígio de uma nação ainda jovem e em formação, entre as antigas e plenamente maduras. Entre esses aspectos, a aparência dos diplomatas que a seu ver, deviam ser eugênicos, altos, bem-apegoados, representando o que a “raça” brasileira em formação tivesse já de melhor; e esse seu cuidado pela aparência dos diplomatas brasileiros no estrangeiro levou-o ao excesso arianista de quase sistematicamente incluir entre aquelas virtudes eugênicas, que exigia dos candidatos a representação do Brasil no exterior, o aspecto caucásico dos indivíduos. Que fossem brancos ou quase brancos – quase brancos como Domício da Gama, por exemplo: quase outro Nabuco na distinção do porte e das maneiras – além de bem-nascidos, bem-criados e bem-educados. E não só isso: casados com senhoras que fossem também, se não sempre

11 Convém lembrar que, como citado anteriormente, o Visconde de Cabo Frio - que visava à manutenção desse estilo de política externa - se manteve no cargo de Diretor Geral até 1907.



belas, o mais possível elegantes no porte e no traje, além de brancas ou quase brancas, e falassem o seu francês ou o seu inglês razoavelmente bem (FREYRE, 1990, p. 350 apud MOURA, 2003, p. 93).

Ele também acreditava que “grande parte da atividade diplomática consiste em saber relacionar-se e dar a impressão desejada àquele com o qual se está relacionando...” (MOURA, 2003, p. 65). Desta maneira, percebemos que o Barão se preocupava em projetar uma determinada imagem do Brasil no exterior. Essa imagem era a da aristocracia brasileira, branca e intelectualizada, onde os seus diplomatas eram bem casados com moças bonitas e educadas. Portanto, muitas ideias e valores do Império continuam no início da República. Sobre a diplomacia imperial, podemos notar que certos aspectos continuaram vigentes no período carismático:

Os diplomatas europeus, em sua maior parte membros da nobreza, eram homens de recursos próprios, que representavam dinastias mais do que Estados nacionais. No Brasil, aqueles que compunham os quadros da carreira diplomática eram também homens de posses, membros de uma aristocracia rural ou com raízes em alguma família nobre europeia. O Brasil, sendo um Império, procurava reproduzir a representação dinástica europeia e enviar como representantes diplomáticos homens que estivessem "à altura" da nobreza do velho mundo, literalmente "para inglês ver", para dar a impressão de que o Império brasileiro era composto de uma verdadeira aristocracia correspondente aos mais rígidos critérios de civilização europeus. Esses critérios incluíam o domínio da língua francesa, mais do que da inglesa, que só se estabeleceria como língua franca da diplomacia na segunda metade do século XX. Incluía, também, a destreza em situações sociais próprias da elite, desde a boa escolha de vestimentas ao *savoir faire* à mesa. Finalmente, e este critério talvez fosse o mais difícil de preencher, valorizava-se a "raça". Os diplomatas eram, portanto, os mais brancos, letrados e civilizados representantes dos trópicos, ou pelo menos assim queria o nosso imperador (*Ibid.*, p. 43-44).

Contudo, esse período é um momento distinto do anterior e do posterior, pois “a gestão do Barão do Rio Branco representa um marco simbólico fundamental na vida institucional do Itamaraty” (CHEIBUB, 1984, p. 42). Além disso, as elites administrativas entraram em um novo estágio na formação do Estado brasileiro, o que alterava a posição do Ministério em relação às elites nacionais.

O trabalho que o Barão do Rio Branco exerceu na questão das fronteiras foi importante para lhe dar credibilidade e o carisma mencionado. Assim, a parte mais importante desse período seria a existência de uma figura carismática no centro do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Esse mesmo carisma e credibilidade irá dotar o Barão de maior liberdade para conduzir a estrutura do Itamaraty e a política externa da forma que ele julgaria ser a melhor, conduzindo a esfera pública de maneira personalista e centralizadora. Toda essa questão carismática foi reforçada dentro do Itamaraty devido ao sucesso da sua gestão, ao mesmo tempo em que o carisma dotou o Itamaraty de grande prestígio político. O prestígio da instituição acaba aumentando, já que os diplomatas são os

responsáveis pela consolidação territorial, fundamental para o Estado (CHEIBUB, 1984).

Assim, o Barão fora absolutista dentro do Itamaraty, pois fazia o que bem entendesse com a política externa do país, só entrava no Ministério quem ele queria e concedia vantagens aos seus “meninos de ouro” ou aos “meninos do Barão” que sempre o rodeavam para ouvir as suas histórias. Dentro do Ministério, tratava todos pelo sobrenome e era sempre referido como “o Sr. Barão,” o que evidenciava a formalidade que prezava no Itamaraty. Ele também era cercado de jovens talentos que vieram a ser parte da intelectualidade brasileira, o que fomentou a ideia de que existem grandes laços de parentesco entre a intelectualidade e a vida diplomática (MOURA, 2003).

Esse estilo carismático e centralizador acabou por enfraquecer, de certa forma, a estrutura administrativa do MRE, já que essa posição acaba suprimindo as funções do Diretor-Geral, gerando disputas entre o Barão do Rio Branco e o Visconde de Cabo Frio. O resultado disso é o fortalecimento do gabinete do ministro que virou o principal órgão do MRE. Essa questão seria revista após a morte do Barão com uma reforma. Existe um lado positivo e negativo na gestão carismática do Barão do Rio Branco: de um lado, o carisma conseguia unir de forma simbólica o MRE; de outro, acabava enfraquecendo a estrutura organizacional do mesmo, já que tudo girava em torno da figura central do Chanceler (*Ibid.*, p. 45-46).

Esse período entre a diplomacia do Império e o período burocrático-racional se dava em um momento de crise de formação de elites, pois consistia em uma época de desagregação das elites civis, onde estas não se encontravam capazes de dar continuidade ao processo de construção nacional. Na República, seria preciso que novas elites fossem forjadas por diferentes mecanismos para se adequarem a novas tarefas, o que não teve sucesso naquele momento (MOURA, 2003, p. 46-47). De certa forma, isso não abalou o Itamaraty, pois:

No caso dos diplomatas esse processo de desagregação não ocorreu devido ao carisma de Rio Branco - que por si só promovia um certo *esprit de corps* entre os membros do Itamaraty - ou ao arbítrio do Barão no recrutamento de novos membros. O mecanismo de recrutamento tendia a uniformizar os membros da carreira em termos de sua origem social, pois recrutava-se predominantemente entre os setores oligárquicos e “aristocráticos” da República Velha. Esse processo implicava um reforço aos elementos que favoreciam o desenvolvimento de um *esprit de corps* e, conseqüentemente, de uma certa coesão e homogeneidade entre os diplomatas (*Ibid.*, p. 47-48).

Em exemplo de como o Itamaraty saíra ileso dessa crise das elites e da unidade dentro do ministério, o Embaixador Lyra (1981, p. 124 *apud* CHEIBUB, 1984, p. 48) comenta em suas memórias:

(...) formávamos então, rigorosamente falando, uma só classe, com mais ou menos a mesma mentalidade, os mesmos princípios de educação, os mesmos interesses, mesmas aspirações e mesmos ideais, dando a todos a mesma comunhão de sentimentos. Daí a coesão, os laços

de attache e o espírito de coleguismo que nos unia. (...) O critério de admissão ali obedecia, sobretudo, às condições sociais dos candidatos, muitos dos quais descendentes das velhas famílias do Império, filhos, netos ou bisnetos de antigos ministros, ou Presidentes do Conselho da Monarquia. Talvez por isso o Itamaraty era tido como uma casa de monarquistas.

A verdadeira função do Itamaraty moderno passa a ser notada na administração do Barão, embora em relação à estrutura ela tenha mudado muito daquela época para os dias atuais. O Ministério das Relações Exteriores passa a buscar na figura e nos feitos do seu patrono as raízes da instituição. As políticas atribuídas ao Barão seriam o maior símbolo do *esprit de corps* do Itamaraty (BARROS, 1983, p. 2 *apud* CHEIBUB, 1984, p. 43). Em síntese, nesse período o Itamaraty sai fortalecido ao conseguir manter a sua homogeneidade - não sendo afetado pelas crises da conjuntura social e política da época - e apoiado no grande símbolo carismático da figura do Barão.

### 1.3 Período Burocrático-Racional

A partir de 1910 se dá início a uma fase de racionalização e burocratização do Itamaraty que se estendia até o momento em que Cheibub (1984) escreve, mas que ainda pode ser observado hoje. Assim, seriam abandonadas a diplomacia imperial e a carismática e hiper centralizadora do Barão do Rio Branco.

Em termos globais, pode-se dividir esse período da história institucional da diplomacia em dois momentos interligados: até 1945 e pós-1945. No primeiro momento são assentadas as bases do Itamaraty moderno através de grandes ou pequenas reformas e da criação do Instituto Rio Branco. Na fase pós-1945 não se observa nenhuma grande inovação no MRE: o que a caracteriza é um acentuado fortalecimento da instituição com uma crescente aquisição de autonomia e uma expansão do papel dos diplomatas, notadamente pós-1964 (CHEIBUB, 1984, p. 50).

De 1910 até aproximadamente o fim da década de 1920, há uma crise institucional decorrente do período carismático, onde a formulação da política externa era feita exclusivamente pelo Ministro, já que o Itamaraty naquele momento não havia conseguido transformar o carisma do Barão em recurso político institucional. Contudo, no Brasil pós-1930, o aparelho estatal – e não apenas o Itamaraty, tenderia a uma centralização, modernização e burocratização de toda a administração pública. Nesse período, observamos a adoção universal de concursos públicos, estruturação de carreiras, critérios mais firmes de promoção e a padronização dos serviços. Com o fim da gestão de Octavio Mangabeira – no fim da República Velha – é criada uma nova infraestrutura administrativa. Assim, uma série de serviços é organizada como “o Serviço de

Comunicação, Datilografia, Passaporte e reorganiza-se o Arquivo, a Biblioteca e a portaria (...)” (CHEIBUB, 1984, p. 51). Logo, a efetiva construção do Itamaraty moderno se dá com a Reforma Mello Franco de 1931, que irá retirar os burocratas do quadro da Secretaria de Estado, enquanto a Reforma Oswaldo Aranha de 1938 irá fundir a carreira diplomática com a consular. Além de acrescentar uma rotatividade entre os funcionários no exterior e na secretaria, também ocorreu o estabelecimento de uma Comissão de Promoções e Remoções a fim de estabelecer uma carreira mais baseada no mérito. Nesse período também é fixado o cargo de Secretário-Geral na Secretaria de Estado (*Ibid.*).

Outra grande realização desta época é a criação do Instituto Rio Branco, servindo como uma escola de formação de diplomatas, visando à profissionalização e conseqüentemente a valorização da profissão e do Itamaraty. É importante ressaltar que com a criação do concurso público, o ingresso no Itamaraty seria mais democrático, abrindo a carreira para outros setores da população, podendo assim acabar com a hegemonia da elite brasileira na carreira diplomática, já que a indicação não mais prevaleceria. "A 'velha escola' de origem social bem determinada estava sendo substituída por indivíduos de diversas extrações sociais, acarretando uma maior heterogeneidade entre os membros do MRE" (CHEIBUB, 1984, p. 55). A partir disso, podemos ver que na motivação para a criação do instituto não estava apenas a profissionalização, mas o adestramento de pessoas desconhecidas, podendo ser de regiões e classes sociais variadas.

Sobre a necessidade dessa escola de diplomatas, o primeiro a manifestar essa ideia, o Segundo secretário Jorge Latour (1934 apud CHEIBUB, 1984, p. 55) diz:

Uma das maiores necessidades do Ministério é o recrutamento e seleção de elementos próprios para os seus trabalhos e para a ação diplomática. Não basta, porém, o recrutamento; faz-se mister o aperfeiçoamento posterior, dos elementos já integrados no Ministério. Devemos formar quadros aptos e melhorá-los cada vez mais. Para tanto cumpre formar ambiente e fazer escola, como Oswaldo Cruz fez com Manguinhos e Rio Branco fez, em parte, o Itamaraty.

Assim observamos o interesse em uma profissionalização e perpetuação dos valores da Instituição para os novos diplomatas. Contudo, a ideia só ressurgiu em 1945 com o Centenário do Barão, onde ocorre de fato a iniciativa para a criação do Instituto Rio Branco. O seu objetivo era “o ensino e o treinamento de todas as matérias de interesse para a conservação e consolidação interna da nação e da nacionalidade brasileira e de sua expansão ou projeção no exterior, mediante o desenvolvimento de sua política externa, e de suas relações internacionais em seus diferentes aspectos”<sup>12</sup> (CHEIBUB,

12 Carta de Jorge Latour a Carlos Alves de Souza, 4/05/44, Arquivo do Instituto Rio Branco, Rio de Janeiro, Loc. 311.4 – IRB – Histórico. Grifo do autor.

1984, p. 56)”.  
1

Ainda que o Instituto não tenha se formado da maneira que fora originalmente pensado, ele irá monopolizar o ingresso e formação dos diplomatas no Brasil e também cumprirá um papel vital na uniformização e criação de um *esprit de corps* nos diplomatas em formação, tendo em vista que a forma de ingresso via concurso do Departamento Administrativo do serviço Público (DASP) ou “concurso de títulos” possibilitaria que pessoas de diferentes estratos sociais, com diferentes ideologias e vivências pudessem alcançar a carreira diplomática; o que não ocorria antes. Assim, o Itamaraty se manteria homogêneo, já que eventuais diferenças seriam barradas na Instituição, não afetando a coesão do MRE. Desta forma, podemos inferir que houve um aprofundamento na burocratização e racionalização do Ministério, assim como de maior autonomia e adoção de termos meritocráticos para ampliar a seleção para o seu quadro (CHEIBUB, 1984).

Sobre a crise de formação de elites que se vê agravada no pós-45, o Instituto Rio Branco e os militares conseguem sair ilesos, devido à forma de socialização de seus membros “onde existe uma grande ênfase no papel que militares e diplomatas desempenham no cenário nacional. Ademais, a estrutura de treinamento e socialização de ambas as instituições favorece a formação de quadros bastante homogêneos, por ser uma socialização em bases constantes (*Ibid.*, p. 59-60)”.

Após as reformas realizadas, com estrutura estabilizada e a criação de um Instituto que viria a profissionalizar a carreira, o Itamaraty consegue se voltar para a formulação da política externa brasileira propriamente dita por volta dos anos 1950, tendo mais espaço para ter posições mais decisivas no cenário internacional. Com a elevação do profissionalismo dos diplomatas, essa situação se aprofunda, com o regime militar conferindo maior autonomia ao ministério. Isso se deve em parte também ao reconhecimento dos militares do grau de profissionalismo dos diplomatas e as semelhanças nas estruturas profissionalizantes e na partilha dos princípios de hierarquia e meritocracia. Por estes motivos os militares tinham grande estima pelo Itamaraty. Destaca-se também que a instituição passou todo o período da ditadura militar quase isento de cassações políticas (*Ibid.*, p. 61-62).

Em relação a formulação da política externa, historicamente, a autonomia do Ministério auxiliou na centralização do processo decisório pelo Itamaraty, havendo pouca margem para intervenções externas<sup>13</sup> (FARIA, 2008).

#### 1.4 Período da Democratização

13 Sejam elas da sociedade civil ou de outros ministérios.

O período de 1985 até 2015 será aqui caracterizado como o período da democratização. Este período não está necessariamente desconectado do período burocrático-racional, pois prevalecem as suas principais características. Contudo, será analisado separadamente por três razões: a) questões históricas (rompimento com o regime militar e retorno do regime democrático); b) por não se enquadrar originalmente na tese de Cheibub, que até então servira de base para a análise do Itamaraty nesta seção; e por fim c) por notar-se um discurso de democratização da instituição, com uma maior participação do corpo diplomático, dos partidos e da sociedade civil nas decisões da política exterior do país<sup>14</sup>.

Nos primeiros anos da redemocratização brasileira não há grandes rupturas com a política externa ou a estrutura do período anterior. Porém, há uma clara tentativa de colocar a política externa em um viés democrático, inclusive com um processo interno de consulta para a formulação da política externa brasileira, ou seja, a democracia chegava dentro do Itamaraty, onde a ideia era de que as decisões seriam tomadas através de debates e não de imposições de cima para baixo.

O tema da democracia seria retomado quando, em maio [1985], o novo Chanceler [Olavo Setúbal] afirmou que pretendia “conduzir o Ministério das Relações Exteriores em sintonia com o espírito democrático da Nova República”. Para tanto, concluiu que as “iniciativas da política externa” deveriam ter “representatividade política e interpretar a vontade geral”, motivo pelo qual a instituição estaria “permanentemente aberta ao conhecimento da opinião pública, em particular de seu órgão de controle institucional”, isto é, o Congresso Nacional. À defesa da democracia e ao sentido prático da diplomacia, juntava-se a visão da globalização que se iniciava. Assim, em pronunciamento na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, em setembro, Olavo Setúbal declarou que nunca, “em nossa história de nação independente”, fora “tão decisiva a ligação com o mundo exterior” (BARRETO, 2012, t. 1, p. 24).

Se a ligação com o mundo exterior adquiria uma dimensão tão decisiva, ficaria então evidente que o Ministério das Relações Exteriores deveria ter um maior peso dentro do Estado brasileiro. Além disso, o discurso de adotar o viés democrático para a diplomacia fica mais evidenciado nos anos 1990 quando se passa a dizer que as atitudes do Itamaraty eram reflexos da sociedade brasileira e a sua vontade, e que a tarefa da diplomacia seria basicamente a tradução das necessidades internas em possibilidades externas.

Por outro lado, havia certas restrições para o funcionamento pleno do Itamaraty: o orçamento se encontrava apertado devido às condições econômicas do Brasil na época.

No dia do diplomata, o Ministro Olavo Setúbal anunciou reformas no serviço exterior brasileiro ao declarar que as estruturas do Itamaraty, tanto na Secretaria de Estado quanto nos postos no exterior, seriam objeto de um “exame circunstanciado, à luz das prioridades

14 Ver Santoro, 2012.

políticas, econômicas e culturais do Brasil no estrangeiro”. Afirmou que a “própria carreira diplomática” precisava “refletir melhor, em sua organização básica e nos critérios de distribuição geográfica, as ênfases contidas na política externa”. (*Ibid.*, p. 50-51).

Setúbal, assim como outros ministros depois dele, se focariam no corte de despesas, fechando consulados, vice-consulados e cancelando missões diplomáticas. As dificuldades administrativas no referente a orçamento e outros recursos da Instituição chegariam até os anos 2000. Tais questões administrativas não só afetavam a Instituição, como poderiam comprometer a imagem do país, como a falta de pagamento nos postos em 1992, por exemplo. Visando reduzir despesas, era manifestada a intenção de retificar e adotar novas práticas administrativas. Outras medidas importantes sobre a carreira foram o estabelecimento de um novo regime jurídico, onde há a tipificação de postos e rodízio obrigatório em 1986 durante a administração de Sodré; e nos anos 90, com o reestabelecimento do cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores e a criação de Subsecretarias-Gerais (BARRETO, 2012).

No referente à estrutura e política consular, durante os anos 1980 e 1990 é percebido um aumento no fluxo emigratório no Brasil, que logo aumentaria a necessidade do MRE em prestar-lhes assistência no exterior, evidenciando, assim, a necessidade do aumento da ação consular (BARRETO, 2012, t. 1, p. 231). Então, observamos que embora o Brasil tenha fechado diversos consulados, a necessidade de tê-los havia aumentado. Este aumento ocorrerá de forma clara a partir de 2003 durante a segunda gestão de Celso Amorim.

Na metade dos anos 1990 são implementadas novas normas e feitas novas mudanças na estrutura do ministério, sendo incentivadas as lotações em postos “C” e eliminada as influências externas nas promoções dos funcionários. Além disso, há uma renovação da área consular e seu fortalecimento, apesar de ainda ser recorrente o orçamento apertado e ter continuidade a desativação de missões temporárias (*Ibid.*, p. 541-542).

No período de transição entre a década de 1980 e 1990, há uma mudança estrutural na economia brasileira a partir da adoção do neoliberalismo econômico. Neste novo cenário de liberalização econômica e democratização das políticas, a política externa passou a negociar, também, questões setoriais (LIMA, 2000 *apud* MESQUITA, 2014, p. 78). De acordo com Mesquita (2014, p. 78) este período permitiu maior participação de atores externos ao Itamaraty na formulação da política externa, quebrando a sua hegemonia.

No início dos anos 2000 finalmente há uma elevação do patamar orçamentário para o Itamaraty. Ocorre também, uma tentativa de diversificar o corpo diplomático com ações



afirmativas:

Por ocasião do lançamento do Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco, Celso Lafer informou que, em cerimônia realizada no dia anterior, 13 de maio de 2002, o Presidente assinara Decreto que instituía o programa nacional de ações afirmativas, destinado a promover os princípios da diversidade e do pluralismo no preenchimento de cargos da administração pública federal e na contratação de serviços por órgãos do governo. Acrescentou que, ainda na mesma cerimônia, o Presidente lançara o Plano Nacional de Direitos Humanos II, no qual estavam estipuladas metas nos campos dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, e reforçava as medidas de combate à discriminação contra os grupos mais vulneráveis da sociedade. Declarou que o Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco estava em perfeita sintonia com as medidas anunciadas no dia anterior pelo Presidente. Esclareceu que seu objetivo básico era aumentar a igualdade de oportunidades no acesso à carreira diplomática. Concluiu que, com ele, o Itamaraty dava mais um passo em sua trajetória de democratização e de busca de excelência. Ressaltou que, como afirmara o Presidente Fernando Henrique Cardoso em cerimônia de entrega do Prêmio Nacional de Direitos Humanos, realizada em dezembro do ano anterior, era preciso ter um conjunto de diplomatas que fossem um reflexo da sociedade brasileira que é multicolorida e não tinha cabimento que ela se apresentasse pelo mundo afora como se fosse uma sociedade branca, por não o ser. Explicou que seriam concedidas 20 “bolsas-prêmio de vocação para a diplomacia” para que candidatos afrodescendentes se preparassem para o Concurso do Instituto Rio Branco. Haveria também uma preocupação com a equidade de gênero (BARRETO, 2012, t. 1, p. 710-711).

Nos anos que se seguem, há uma grande tendência a valorização da Instituição, da política externa brasileira e da profissão de diplomata. O Brasil consegue estabilidade financeira e também se vê como um ator mais importante no sistema internacional, acreditando ter um destino “natural” de ser líder da América Latina, embora alegue não ter pretensões hegemônicas. Tem-se então, a ideia de que a diplomacia deveria estar à altura do país. Assim, há uma reforma nos critérios de ingresso e aumento no serviço diplomático em 40% entre 2005 e 2009, e observa-se também a necessidade de melhorar as perspectivas de ascensão profissional. Criam-se novos postos (aumento de 30%) e realizam-se compras efetivas – e não alugueis – de embaixadas. Há um fortalecimento do país e da figura do presidente – que assim prosseguiria com a diplomacia presidencial como o seu antecessor (BARRETO, 2012, t. 2, p. 599).

Também prossegue com o projeto da plurirracialidade no corpo diplomático e intenções de demonstrar o quão rica é a cultura brasileira no exterior. Além de criar a Subsecretaria-Geral de Cooperação e comunidades brasileiras no exterior e o Conselho de representantes dos brasileiros no exterior, devido à questão emigratória que havia se tornado uma das questões centrais na política externa (BARRETO, 2012).

Desta forma, observamos que com a estabilização econômica e disposição governamental, o Itamaraty ganhou mais espaço e mais importância dentro do Brasil e fora dele. O aumento do corpo diplomático era necessário e proporcionou melhoria na atuação brasileira, que se deu de forma mais autônoma do que fora antes. No entanto, cabe ressaltar que estas medidas são oscilantes. Entre os

governos Dilma e Temer algumas embaixadas e consulados foram fechados e o mesmo pode acontecer com o futuro governo que terá início em 2019.

### **1.5 O Ethos da carreira diplomática brasileira**

O *ethos* irá se ligar às atitudes emocionais, concepções estéticas, comportamentos próprios de um grupo, estilo de vida e aos rituais, assim “[...] podemos perceber um sistema de crenças, símbolos, e práticas rituais que organiza e relaciona pessoas, instituições e nação, formando um *ethos* e visão de mundo próprios. Esse sistema está no Dia do Diplomata, orientando a forma, o significado e a eficácia da própria sequência ritual (MOURA, 2003, p. 34)”.

Para melhor entender como isso é criado e propagado para os diplomatas de carreira, optamos por analisar os rituais do Instituto Rio Branco e do Itamaraty, o *status* social do diplomata e o imaginário por trás disso, averiguaremos se o Itamaraty é uma instituição total e então, a partir deste conjunto de fatores, refletiremos sobre o *ethos* de fato.

#### ***1.5.1 Rituais***

O Dia do Diplomata consiste em um grande ritual, onde ocorre a formatura dos alunos do IRBr, em que a sua carreira diplomática de fato nasce, juntamente com o nascimento do Barão<sup>15</sup>. Assim, é criada uma simbologia, atrelando a carreira de todos os formandos ao do patrono da instituição.

O Itamaraty se consolidou como uma “comunidade moral”, com algum grau de autonomia, além de possuir um *ethos* próprio que proporciona aos seus integrantes uma visão própria de mundo. Quando a sede do Itamaraty ainda era localizada na cidade do Rio de Janeiro, o *ethos* dos diplomatas na época não diferia muito do *ethos* da elite nacional ou da carioca, já que havia uma predominância de diplomatas que moravam na cidade. Com a transferência para Brasília, o quadro muda. O *ethos* diplomático fica mais afluído<sup>16</sup>, pois a grande maioria dos diplomatas ao serem selecionados, se muda para a nova capital, distanciando-se da sua família e amigos, o que por sua vez favorece com que os diplomatas convivam mais entre si, já que estão todos em situações similares. Os diplomatas acabam não sendo apenas colegas de trabalho, podendo vir a se tornar amigos e vizinhos.

Como comunidade moral, ela possui uma cosmologia que inclui regras classificatórias que

15 O Dia do Diplomata é comemorado na data de nascimento do Barão do Rio Branco.

16 Tornando-se mais independente e único, afastando-se um pouco do *ethos* da elite nacional.

ditam comportamentos, assim como uma tradição que é tida como algo que sempre existiu. O ritual de 1970, invocando a tradição pelo nome de Rio Branco, instituiu uma nova tradição, que se repete todos os anos, invocando não mais o carisma de Rio Branco, mas as forças da coletividade dos diplomatas brasileiros, que têm em Rio Branco seu emblema. O complexo ritual do dia do diplomata é composto por uma série de ações coletivas que procuram objetivar a própria diplomacia brasileira, como domínio social que conjuga o prestígio do “corpo diplomático” à ideia de nação como fim último da diplomacia e o status do diplomata como categoria social que participa do sagrado nacional, cujas atribuições básicas são representar, informar, negociar e defender, sempre em nome de um país que se encontra por trás” (Lampreia, 1997).

A Casa se atualiza em um sistema de crenças e ritos que atribui identidade aos diplomatas, além de classificá-los hierarquicamente dentro do universo do corpo diplomático. Contudo, a Casa não seria um fim último, pois este papel está destinado à nação como em (MOURA, 2007, p 38):

[...] a Casa não é um fim último, como seria a “comunidade moral” de Durkheim, e sim a nação, em nome de quem ela age e da qual ela é só uma parte. A Casa não é uma sociedade, mas uma instituição cujos membros se pensam como formando uma totalidade sagrada que faz parte de uma sociedade nacional complexa e diferenciada que se representa como totalidade em termos de uma categoria política que é o Estado (Dumont, 1985).

A figura do Barão do Rio Branco é uma solução simbólica para o Estado heterogêneo, representando para os diplomatas não só toda a Casa, como também a nação inteira. Ele dá forma à diplomacia brasileira, sendo o epônimo da instituição formadora de diplomatas “que transforma pessoas do ‘mundo externo’ em diplomatas. É interessante que, sendo o Dia do Diplomata o aniversário do Barão, ele passa também a ser aniversário ritual de cada diplomata, pois é nesse dia que cada um deles nasceu dentro da Casa, em CF [Cerimônia de Formatura]” (MOURA, 2007, p. 38).

A partir da figura do Barão, portanto, poderíamos chegar a mais um aspecto da visão de mundo dos diplomatas, cujos elementos estão todos presentes, de forma condensada, no ritual. Temos que o “mundo de Rio Branco” inclui a ordem, a nação e a Casa. Essa seria uma representação ideal que pode ser abstraída a partir do ritual. Toda a sequência ritual, no entanto, se dá no Palácio Itamaraty, no Dia do Diplomata. Se o valor último da diplomacia é a nação, o caráter sagrado do ritual lhe é conferido por estar em um tempo e um espaço suspensos do cotidiano. Esse tempo e espaço pertencem à diplomacia. Vale notar também que, ao mesmo tempo em que o ritual “inclui” a nação, a ordem, a casa e os novos diplomatas, ele inclui, por meio da classificação de todos: nas categorias hierárquicas próprias ao ethos diplomático e em uma ordem de precedência em que cada pessoa vem antes e depois de outra (*Ibid.*, p. 39).

### ***1.5.2 Status: o último refúgio de nobreza no Brasil***

Um estudante do Instituto Rio Branco em entrevista a Moura (*Ibid.*, p. 47), destaca que:

Não é raro ouvir de diplomatas dizerem que ouviam dos pais ou professores que tinham “jeito para diplomata”. Em geral essa insinuação vem acompanhada de explicações tais como ser bom aluno na escola, ser “educado” e inteligente, gostar de aprender línguas.

Ninguém diz ter ouvido essa insinuação como um insulto, muito pelo contrário: dizer a uma criança ou adolescente que ela tem “jeito para diplomata” é sempre (pelo menos nos depoimentos de diplomatas) um elogio. Isso se deve a um “fato social” bastante geral: o “diplomata” tem status privilegiado na sociedade brasileira (entrevista, turma 1).

A profissão de diplomata além de propiciar viagens e estabilidade profissional, também confere ao diplomata *status*, além da proximidade ao poder. Ainda é vista como uma profissão que agracia o servidor com uma ascensão social, ou permite que a sua situação social permaneça privilegiada. Para exemplificar isso, têm-se o fato de alguns diplomatas estarem em colunas sociais de revistas populares no Brasil. Essa situação não ocorre necessariamente com outros servidores públicos, evidenciando assim, o *status* social que a profissão carrega. A figura que projetam é a de “pessoas ‘sofisticadas’, membros de uma elite de difícil acesso” (MOURA, 2007, p. 47).

Segundo um diplomata, “O Itamaraty é o último refúgio da nobreza no Brasil (*Ibid.*, p. 47)”. Não necessariamente esta frase esteja remetendo a um processo hereditário e tradicional de nobreza, ainda que historicamente no período imperial todos os diplomatas faziam parte da corte. De toda forma, ainda há um componente no *ethos* diplomático que o associa aos nobres.

Os diplomatas, no entanto, se apresentam muitas vezes de forma semelhante àquela identificada por Elias (1986) em A sociedade de corte, em relação à nobreza. O Itamaraty é, além disso, fruto de um processo histórico onde houve, de fato, uma fase quando os diplomatas eram todos membros da corte do imperador. Mais que isso, no entanto, os membros do corpo diplomático brasileiro conseguiram se estabelecer como um ‘estamento’ que se caracteriza por uma visão de mundo e estilo de vida particulares, que compõem um *ethos* que guarda certas semelhanças com o *ethos* cortês (*Ibid.*, p. 48).

Características tais como “nobre” e “aristocrático” são comumente utilizadas pelos candidatos ao concurso para se referir aos costumes no Itamaraty. Também se fez notar que há uma ideia de que a inteligência dos diplomatas é mais acentuada do que no resto das pessoas, ficando acima da média.

A ideia de que os diplomatas formam uma elite, portanto, não passa necessariamente pela noção de sangue e hereditariedade, mas das capacidades intelectuais dos indivíduos que compõem o grupo diplomático. Temos, pois, um grupo de status cujos membros são recrutados pelo mérito individual, e não por pertencerem a famílias de bem. Não obstante, o *ethos* da instituição possui componentes aristocráticos que podem ser identificados com outros *ethos* de grupos de status baseados na hereditariedade (*Ibid.*, p. 48-49).

Nos anos 1990, a situação dos estudantes do Instituto Rio Branco demonstrava que apesar de uma suposta democratização no ingresso, com melhorias no concurso, a bolsa dos estudantes era extremamente baixa, favorecendo a permanência e o interesse de alunos que possuíam boas condições de vidas antes de entrar para a carreira:

No início de 1996, quando a última turma do CPCD cursava seu semestre final, um aluno

recebia uma bolsa de R\$ 600 por mês. Levando em conta que ele deveria vestir-se com traje “passeio completo” e comportar-se como membro de uma “elite de Estado”, além de pagar despesas com restaurantes, comidas finas e os demais “hábitos caros” dos diplomatas, essa quantia era muito abaixo do que ele deveria gastar por mês para levar uma vida “apropriada”. Grande parte vivia com auxílio financeiro dos pais e alguns davam aulas particulares (principalmente de línguas) para complementar o orçamento. O “sacrifício financeiro” exigido durante os dois anos do CPCD também contribuía para o baixíssimo contingente de alunos casados ou com filhos (MOURA, 2007, p. 70-71).

### ***1.5.3 Itamaraty como uma instituição total***

Segundo Goffman (1996), todas as instituições tendem ao próprio fechamento. As instituições totais estabelecem limites ou impedem por completo o contato dos seus membros com o mundo exterior.

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida. Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a realizar as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo determinado, à seguinte, e toda a sequência é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (GOFFMAN, 1996, p. 17-18).

De acordo com os estudos de Moura (2007), é frequente que estudantes do Instituto Rio Branco se refiram ao Itamaraty como uma instituição total. Todavia, a organização em si não se encaixa ao conceito de instituição total de Goffman (1996), já que o Itamaraty não impõe barreiras na participação do mundo externo, não havendo proibições à saída de seus membros do espaço físico da instituição, e também não necessariamente seus membros realizam todas as atividades de suas vidas nos mesmos lugares. Os diplomatas passam determinado período da sua semana trabalhando ou estudando, podendo utilizar o seu tempo livre para fazer o que desejar. A inserção na Casa do Rio Branco de fato requer “ajustes no comportamento, na visão de mundo e nas expectativas para o futuro. É preciso aprender a reconhecer os membros da casa e aqueles que se relacionam com ela, classificando-os e relacionando-se com eles da forma apropriada para cada situação (MOURA, 2007, p. 91)”.

Ao procurar avaliar se de fato há base para a comparação do Itamaraty com uma instituição total, Moura (*Ibid.*, p. 93) conclui:

Após meditar bastante e procurar características próprias das instituições totais no MRE, acredito ter chegado a uma resposta para o “enigma”: não é a instituição que é total, mas o tipo de adesão que ela requer de seus membros, que implica a incorporação de um ethos que pode ser estendido para todas as áreas da vida do indivíduo que passa a se identificar publicamente como um “diplomata” brasileiro. As “barreiras” criadas pela instituição não são físicas como as existentes nas instituições totais, são barreiras sociais, hierárquicas, ligadas à manutenção de uma distinção baseada na noção de status. A expressão desse grupo é o ethos compartilhado, assim como um eidos que dá a competência “técnica” do diplomata.

É possível que a transferência da sede para Brasília tenha ajudado os diplomatas a se sentissem em uma “instituição total”, já que a maioria não residia na cidade, tendo que se mudar e se adequar a nova realidade da região. Ao morar em Brasília, a maioria dos diplomatas acaba morando próximo a outros diplomatas. Eles também se afastam do convívio diário que tinham antes de passar no concurso, não estando mais próximos de amigos, vizinhos e família. Desta forma, o esforço de adaptação é grande, a cidade de Brasília não oferece muitos espaços para conhecer novas pessoas e acaba colaborando para que os estudantes se aproximem de outros estudantes em situação semelhante: “[...] essa disposição contribui para a sensação geral de que ‘Brasília é um grande Itamaraty’, [...] As pessoas passam boa parte do tempo no Itamaraty, quando saem, acabam frequentando os mesmos lugares que outros diplomatas.” Deste modo, acabam se tornando amigos, vizinhos e até cônjuges (MOURA, 2007, p. 94-95).

O que parece ser de índole total na instituição é o fato de terem se mudado para uma nova cidade, o constante convívio com outros diplomatas e a nova identidade adquirida. No início das aulas há uma pequena cerimônia com os aprovados onde é dito “você vão deixar de ser o que são para se tornarem diplomatas”. Ressaltam também a tradição da casa e a carreira pública que irá confundir-se com as suas vidas. Após esse momento, ganham uma nova carteira de identidade nacional e passaporte, que os identificam como diplomatas brasileiros, estendendo a identidade para cônjuge e filhos, que se tornam então “cônjuge de diplomata” ou “filho de diplomata” (*Ibid.*, p. 95-96).

É curioso, mas não surpreendente, que apesar de atualmente não ser preciso autorização para casar com uma pessoa brasileira, existe uma pressão para que os diplomatas se casem com pessoas que satisfaçam certos critérios, como educação, “sofisticação” e sociabilidade, para que então o cônjuge seja aceito em sua totalidade.

[...] alunos relatam que, entre as coisas ditas nas primeiras aulas, uma das mais ressaltadas é a situação do cônjuge, que deve acompanhar o diplomata não só nos períodos de residência no exterior, mas participar das atividades de “representação”. Todas as entrevistas com alunos do IRBr apontam para a consciência geral de que não se pode casar com qualquer pessoa (*Ibid.*, p. 97).

Destarte, cria-se uma preocupação com o casamento que possui duas soluções, a primeira encontrar alguém à altura da categoria “cônjuge de diplomata” e a segunda é casar com outro diplomata, que satisfaria todas as preocupações existentes, além de ser relativamente mais fácil, dado a inserção de ambos no mesmo ambiente.

A importância relativa ao cônjuge é ressaltada em um artigo para o Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros:

O cônjuge de diplomata, muito mais que outros cônjuges, deve adequar a sua vida profissional, pessoal e familiar às possibilidades e necessidades da carreira diplomática. Espera-se deste que, mesmo em preparo específico, saiba gerir de maneira exitosa os problemas de adaptação da família a cada novo trânsito, incluindo aí os aspectos materiais, educacionais e emocionais de todos os membros e dele próprio. E que desempenhe corretamente as funções de representação social nas quais a condição de casal não só é bem vista como muitas vezes obrigatória (ADB, 1995).

Isto posto, detectamos que há certa invasão do Itamaraty na esfera privada que atinge não apenas o diplomata, mas também a sua família:

Diplomatas, cônjuges e filhos sentem as suas vidas determinadas pela instituição. Todos participam do mundo da diplomacia e são iniciados no *ethos* institucional, ainda que de formas diferenciadas. Esse mundo é representado, entre outras coisas, como um grande grupo de parentesco, uma ‘grande família’, ao menos pelos diplomatas e seus filhos. A instituição engloba a família nuclear, tornam-se termos classificatórios que não tem ego como referência, mas sim uma categoria geral: diplomata (MOURA, 2007, p. 102).

#### ***1.5.4 O Insulamento burocrático do Itamaraty***

Também é frequentemente citado na literatura que o Itamaraty é uma instituição do governo federal que apresenta um insulamento burocrático. Esta característica aponta para um baixo grau de abertura às interferências externas Ministério das Relações Exteriores.

Na linguagem da teoria organizacional contemporânea, o insulamento burocrático é o processo de proteção do núcleo técnico do Estado contra a interferência oriunda do público ou de outras organizações intermediárias. Ao núcleo técnico é atribuída a realização de objetivos específicos. O insulamento burocrático significa a redução do escopo da arena em que interesses e demandas populares podem desempenhar um papel. Esta redução da arena é efetivada pela retirada de organizações cruciais do conjunto da burocracia tradicional e do espaço político governado pelo Congresso e pelos partidos políticos, resguardando estas organizações contra tradicionais demandas burocráticas ou redistributivas (NUNES, 1997, p. 34).

Para Faria (2012, p. 36) o processo de insulamento se dá de forma progressiva após a Segunda Guerra Mundial, "sob a guarda de uma corporação profissional altamente especializada,



que até recentemente praticamente monopolizava, no país, a expertise nos assuntos internacionais, gozando de grande prestígio no interior da máquina pública, na sociedade de uma maneira geral e também no exterior, como ressaltado por uma diversidade de autores externos à corporação".

Entre os motivos para o insulamento do MRE estão a grande autonomia concedida ao Executivo para a execução da política externa através do arcabouço constitucional<sup>17</sup>, a delegação ao Executivo a formação de política externa pelo Congresso, o processo de substituição de importações que insulou os processos políticos e econômicos do país - isolando o Brasil na arena internacional e "da significativa e precoce profissionalização da corporação diplomática do país, associada ao prestígio de que desfruta o Itamaraty nos planos doméstico e internacional" (FARIA, 2012, p. 318).

O insulamento não impediu que pessoas de fora da instituição fossem nomeadas como chanceleres, tendo em vista que é uma nomeação política. Desta forma, o sistema político brasileiro, sendo um presidencialismo de coalizão, favorece a nomeação política para vários cargos em ministérios. No caso do Itamaraty, este é depois dos ministérios militares, o ministério menos aberto a nomeações políticas, de acordo com pesquisa de Loureiro e Abrucio (1999). No entanto, Faria (2012) observa que durante o período militar apenas 2 ministros foram indicações de fora do corpo burocrático, enquanto foram cinco no período da Nova República, mas se comparar em tempo de permanência no cargo, os diplomatas superam os que são externos, passando 70,5% do tempo relativo a 566 meses. Atualizando a pesquisa de Faria até o fim do ano de 2018, a participação dos diplomatas chegaria a aproximadamente 69,8%. Também é o ministério que possui menos cargos comissionados e profissionais externos (FIGUEIRA, 2009). Isto aponta o temperamento fechado do ministério, ao mesmo tempo que, como apontado por algumas literaturas, o MRE não é almejado por muitos políticos, já que se dedica a cuidar de questões externas, adquirindo pouco capital político interno.

O final dos anos 1980 e início dos anos 1990 foi um período de muitas mudanças para o Brasil e o mundo. É neste contexto que fica mais evidente uma pressão para que o Itamaraty abandone a sua posição insulada. Entre os fatos que influenciavam este processo estavam "a obsolescência do modelo de desenvolvimento por substituição de importações, o conseqüente adensamento das relações internacionais do país e crescente politização da política externa brasileira" (FARIA, 2012, p. 318).

### ***1.5.5 A ideia de família e o ethos diplomático***

17 Assim, o Legislativo teria uma influência marginal.

O Itamaraty, através de um processo burocrático-racional, recruta seus membros de forma impessoal, porém, a ideia de que é um lugar destinado à nobreza permanece. É clara a forma que organiza a vida pessoal do indivíduo no que se refere à família por meio de ações relativas a casamento e filiação. Por outro lado, se utiliza de “metáforas de parentesco para representar suas próprias unidade e identidade como instituição que se diz uma casa e que articula seus valores a partir da imagem de um ‘patrono’ (MOURA, 2007, p. 104)”. Nesta condição, o Barão do Rio Branco serve como recurso simbólico “que une a casa, a nação e a identidade diplomática.”.

A casa, como as casas nobres, camponesas ou indígenas, é a própria coletividade, passando pelo curso do IRBr, após seleção através de concurso público, os alunos devem “deixar de ser quem são para se tornarem diplomatas”, nas palavras do diretor do IRBr. Durante os dois anos em que o novo diplomata está sob os cuidados IRBr ele se separa de sua família de orientação para entrar em outra “família”, a de Rio Branco. Ele é ressocializado nessa família por meio de aulas expressas, estágios em vários lugares da casa e, principalmente, contatos com outros diplomatas em situações extracurriculares: concertos e coquetéis no palácio Itamaraty, festas em casas de outros diplomatas, almoços dentro e fora do ministério e moradia em um prédio onde só há outros alunos do IRBr e jovens diplomatas. Nessas ocasiões ele aprende que deve se levantar quando um superior hierárquico entra no recinto (tanto no ambiente de trabalho quanto em ocasiões “privadas”), que não pode ir embora de um jantar “informal” antes que o embaixador se retire, que deve levar presentes quando for convidado à casa de outro diplomata para jantar, enfim, vários componentes do *ethos* diplomático que, segundo um diplomata mais antigo, “não se ensina, é boa educação”. O fato é que até aprenderem o que “não é ensinado” eles correm o risco diário de ser repreendidos por não saberem com quem estão falando, não tratarem superiores com a deferência apropriada, falarem muito alto nos corredores da casa ou vestirem-se de forma inapropriada (MOURA, 2007, p. 105).

Apesar de o Itamaraty ser uma instituição racional, há na sua linguagem a questão do parentesco que irá refletir sobre a si e a relação entre seus membros.

Se o parentesco não explica a organização “racional” da instituição e a forma de recrutamento de seus membros, o simbolismo calcado em imagens que remetem à ordem doméstica e familiar é de extrema relevância para entender o senso de exclusividade compartilhado pelos diplomatas brasileiros. É através dessas imagens que se efetua a internalização do *ethos* diplomático no IRBr, sendo também por meio das imagens compartilhadas que se mantém o *esprit de corps* da instituição. Como nos diz Herzfeld (1992: 12): The familial and bodily symbols of nationalism are not simply metaphors. They are powerful emotive magnets (MOURA, 2007., p. 108).

À vista disso, o MRE se organiza burocraticamente, como é bem exemplificado no seu processo de recrutamento, porém há o plano simbólico que seria desprovido desta racionalidade. A adoção mais forte e evidente desse plano simbólico tem início em 1945 com a criação do IRBr e o seu auge em 1970 com a mudança do Itamaraty para Brasília, e é neste período com a criação do Dia do Diplomata - na data de aniversário do patrono - que se tem a criação de um ritual na Cerimônia de Formatura. Todo este processo “tem um simbolismo que, com raízes no parentesco,

passa a designar a instituição” (*Ibid.*, p. 109).

Logo, as características do *ethos* diplomático ficam evidentes em Moura (2003, p. 109):

O corpo diplomático brasileiro é, portanto, uma coletividade que se define em termos profissionais através da noção de carreira e categoria funcional. É também um grupo de status que se distingue por um *ethos* e uma visão de mundo compartilhados. Finalmente, a auto representação desse grupo é feita através de imagens que remetem à linguagem de parentesco, e o fechamento da instituição faz com que as próprias relações de “parentesco real” sejam englobadas pela casa.

Cabe ressaltar que o processo de burocratização se dá ao mesmo tempo em que os símbolos e rituais da casa vão ganhando contornos mais definidos e formando uma “tradição”. Não acredito que os diplomatas estejam em vias de deixar de ser um grupo de status para se transformar em funcionários “burocráticos”: eles são ambos ao mesmo tempo. E aí está a importância do processo de socialização vivido no IRBr. É esse instituto e a experiência intensa vivida nos anos de formação que permitem a reprodução do *ethos* institucional, mesmo com todas as mudanças ocorridas ao longo dos anos.

## Considerações Finais

Podemos depreender que a diplomacia brasileira é herança da coroa portuguesa devido à instalação de um corpo diplomático no Brasil com a chegada da corte lusitana ao país no início do século XIX<sup>18</sup>. Até o início do século posterior a diplomacia era tratada como uma atividade basicamente monárquica com a adoção gradual das repúblicas a esta prática.

O Barão do Rio Branco era nascido, criado e socializado no Brasil Império, em meio à corte. Assim, era considerado monarquista e na sua gestão enxerga-se a perpetuação dos seus valores aristocráticos nascidos não só no Império, como também na sua longa passagem pelos países europeus. Ele investe na anexação de terrenos para o Palácio Itamaraty, assim como na redecação do mesmo com a aquisição de esculturas e obras de arte, dotando de maior imponência o espaço físico do palácio. Isto, somado com o perfil eugênico e europeu dos diplomatas escolhidos por ele, destaca o *ethos* aristocrático preponderante na diplomacia brasileira naquela época. Ademais, o seu título auxilia na construção de um imaginário nobiliárquico da sua posição. O Barão foi e ainda é considerado uma estrela na política externa do Brasil - sendo classificado como o pai da nossa diplomacia, parte dos seus valores, tradições e pensamentos são empregados ainda hoje.

Com a evolução da instituição para um perfil burocrático e racional, onde nota-se a prioridade para a profissionalização da carreira, há um certo caminho na direção de democratizar o acesso a

18 No Brasil Colônia já havia atuação diplomática. Neste período, o seu grande expoente era Alexandre de Gusmão, considerado “avô da diplomacia brasileira”. Em 1808, chega ao Brasil um maior aparato diplomático nos moldes portugueses.

diplomacia. Isto é, com os concursos, qualquer um poderia candidatar-se aos cargos<sup>19</sup>. Isto foi importante, pois a indicação de pessoas provenientes dos contatos interpessoais perdeu o seu peso, abrindo a possibilidade de uma seleção mais justa. Em contrapartida as provas sempre muito difíceis - que requerem muito tempo de estudo e dedicação - favoreciam as elites, padrão que se repete até o dia atual. Os exames de línguas, o valor dos materiais utilizados e os cursos preparatórios são de difícil acesso para a maior parte da população. Neste sentido, as bolsas de Vocação para a Diplomacia e as cotas raciais tentam reparar sutilmente tal problemática.

De toda forma, podemos inferir – respondendo a pergunta do início desta pesquisa – que há um *status* elitista na carreira diplomática. Para além da consolidação da diplomacia no país, muito rodeada pela nobreza, ainda hoje podemos notar que a maioria das pessoas que alcançam a carreira diplomática possui renda alta<sup>20</sup>, isto quer dizer que são cidadãos que tiveram oportunidade de estudar diversos idiomas, fazer uma boa faculdade e por vezes até pagar cursos preparatórios. Vale lembrar também que no Itamaraty há a incidência de famílias tradicionais na chancelaria brasileira, estando há anos dentro do Itamaraty, ressaltando certo tradicionalismo da Casa.

Dentro do Instituto Rio Branco o diplomata aprende, entre outras coisas, a “aprimorar” o seu comportamento, saber se portar em reuniões, restaurantes, festas, respeitar a hierarquia e que roupas usar. As próprias relações amorosas por vezes são ponderadas pelos superiores, mesclando a vida profissional com a vida pessoal. Apesar de não ter sido diagnosticado aqui como uma instituição total, o Ministério das Relações Exteriores e IRBr se assemelham a tal. Na tentativa de homogeneizar os ingressantes, os ensina diversos valores, ideias e regras que irão permear vários setores da vida do diplomata.

Por fim, acreditamos que o Itamaraty e o IRBr são instituições demasiadamente corporativistas, o que é favorecido pelo seu insulamento. Eles são cercados de regras ditas e não ditas, fortalecida por rituais e o afastamento dos seus domicílios, criando uma segunda família com colegas de trabalho. É com estes fatores - e com os princípios passados de “bom comportamento”, “boas vestimentas”, “bom gosto” e de valorização da instituição - aqui expostos que podemos compreender o *ethos* do Itamaraty e a formação destes profissionais, que irão manter uma linha de comportamento específica e compartilhar visões de mundo.

19 Excetuando mulheres que foram excluídas da carreira diplomática pela Reforma Oswaldo Aranha.

20 Ver Moura, 2007.

## Referências Bibliográficas

- ADB. (1995). A respeito de cônjuges de diplomatas. *Boletim da Associação dos Diplomatas Brasileiros*, 2 (21), 3-95.
- Barreto, F. (2012). *A Política Externa Após a Redemocratização: 1985-2002* (Tomo I). Brasília: Funag.
- Barreto, F. (2012). *A Política Externa Após a Redemocratização: 2003-2010* (Tomo II). Brasília: Funag.
- Bobbio, N. (1998). *Parlamento*. In: \_\_\_\_\_. Dicionário de Política (11ª ed). 11. Brasília: UnB.
- Berns, T. & Frydman, B. (2005). Généalogie de l'esprit de corps. In: Guglielmi, G. J. & Haroche, C. *L'esprit de corps, démocratie et espace public* (pp. 159-183). França: Presses Universitaires de France.
- Cheibub, Z. (1984). *Diplomacia, diplomatas e política externa: aspectos do processo de institucionalização do Itamaraty*. (Dissertação de mestrado). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Faria, C. (2012). O Itamaraty e a política externa brasileira: Do insulamento à busca de coordenação dos atores governamentais e de cooperação com os agentes societários. *Contexto Internacional*, 4(1), 311-355.
- Farias, R. & Carmo, G.. (2016). *As mulheres na carreira diplomática brasileira: uma análise do ponto de vista da literatura sobre mercado de trabalho e gênero*. *Mundorama*. Recuperado em 15 janeiro, 2016, de <http://www.mundorama.net/2016/01/15/as-mulheres-na-carreira-diplomatica-brasileira-uma-analise-do-ponto-de-vista-da-literatura-sobre-mercado-de-trabalho-e-genero-por-rogerio-de-souza-farias-gessica-carmo/>.
- Figueira, A. (2009). *Processo decisório em política externa no Brasil*. (Tese de doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Goffman, E. (1996). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva.
- Mesquita, L. (2014). A Formação do Sistema Brasileiro de Política Exterior. *Mural Internacional*, 5(1), 71-81.

Moura, C. (2003). *Rio Branco: a Monarquia e a República*. Rio de Janeiro: FGV.

Moura, C. (2007). *O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira: um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: FGV.

Nunes, E. (1997). *A gramática política do Brasil: Clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Oliveira, A.P.C (2011). *Diplomatas negros (as): Ação afirmativa no Instituto Rio Branco e trajetórias de diplomatas (ex) bolsistas*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, Brasil.

Santoro, M. (2012). Democracia e Política Externa no Brasil. *Revista Estudos Políticos*, (4), 105.